



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

**ATA Nº 004/2026 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA/CE, REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2026, ÀS 15:00 HORAS NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL ANTONIO DJACI ALVES BARBOSA, SITO A RUA MAJOR VENTURA Nº02, CENTRO DE MONSENHOR TABOSA/CE. ESTAVAM PRESENTES OS SEGUINTE PARLAMENTARES: ANTONIO CARLOS MARCONDES DE OLIVEIRA PRESIDENTE, ANTONIO DJAIR VICENTE BARBOSA - VICE-PRESIDENTE, DIEGO MADEIRO MELO - 1º SECRETÁRIO ANTONIA FERREIRA FERNANDES - 2º SECRETÁRIA, ANTONIA MARSILVIA ALMEIDA DOS SANTOS, FRANCISCO DENO VAN ALVES DO NASCIMENTO, JOYCE VASCONCELOS DE SOUSA, SALUSTIANO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE NETO, RAQUEL DE QUEIROZ PORFÍRIO, VALDEMAR SANTOS DOS REIS E VICENTE SAMPAIO FILHO.** Inicialmente foi feita a leitura da **ATA Nº 002/2026 DE 05 DE FEVEREIRO**, que depois de lida e não havendo ressalvas foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a **Sra. Antônia Claudino**, Presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, informou que sua participação teve como objetivo tratar das falhas no envio de informações ao e-Social, ocorridas em 2023 e 2024, que afetaram o PASEP dos servidores. Relatou que o sindicato apurou as inconsistências, protocolou requerimento junto à Prefeitura e, após assembleias com a gestão, firmou termo de compromisso para regularização dos dados. Esclareceu que as informações de 2023 já foram regularizadas e que as de 2024 ainda aguardam reprocessamento em alguns meses. Destacou que, devido ao envio fora do prazo, o pagamento ocorrerá fora do calendário regular, podendo ser efetuado até outubro, conforme orientação do Ministério do Trabalho. Por fim, afirmou que o sindicato seguirá acompanhando o caso para assegurar o direito dos servidores. Em seguida, o **Sr. Antônio Sampaio**, Chefe de Gabinete, cumprimentou a Casa Legislativa e fez breve menção ao período carnavalesco. Na sequência, tratou da questão do PASEP, esclarecendo que o problema decorreu de falhas no envio de informações ao sistema e-Social, e não de falta de pagamento por parte do Município. Informou que, ao identificar as inconsistências, o Prefeito determinou a apuração dos fatos, promoveu a substituição da assessoria responsável e contratou nova empresa para auditoria e correção dos dados. Explicou que houve envio de informações fora do prazo, posteriormente retificadas, comprometendo-se a regularização até 31 de dezembro de 2025. Relatou que parte dos servidores recebeu o benefício



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

normalmente, enquanto outros foram afetados por inconsistências no processamento, que depende do sistema federal. Informou que, conforme orientação do Ministério do Trabalho, as retificações enviadas até 20 de junho do ano subsequente poderão ser processadas para pagamento a partir de 15 de outubro. Destacou ainda que o Município formalizou parcelamento de débitos previdenciários, reconheceu a falha institucional e adotou novo sistema de folha de pagamento para evitar novos problemas. Por fim, reafirmou o compromisso da gestão com a transparência, o diálogo com o sindicato e a regularização das informações para garantir os direitos dos servidores. Na sequência, o Sr. **Antônio Raimundo**, representante dos vigias, informou que esteve no Ministério do Trabalho, em Sobral, para buscar esclarecimentos sobre o não recebimento do PASEP referente a 2023 e 2024. Segundo relatou, foi informado de que o problema decorreu da ausência ou do envio fora do prazo das informações por parte da Prefeitura, cujo prazo de atualização ocorre até agosto de cada ano. Acrescentou que foi orientado a realizar agendamento e comparecer presencialmente para protocolar recurso administrativo, procedimento que já realizou, estando o pedido registrado no sistema. Informou, ainda, que o pagamento poderá ocorrer entre abril e maio e, caso não seja processado nesse período, deverá ocorrer posteriormente, possivelmente em outubro ou novembro, conforme o cronograma do órgão competente. Na sequência, o Secretário Municipal de Educação, Sr. **Renê Felipe**, fez o uso da tribuna. Iniciou destacando a importância do diálogo entre os Poderes, ressaltando que cabe à gestão prestar esclarecimentos técnicos com transparência aos vereadores. O Secretário disse que a Secretaria está de portas abertas para todos e recordou que, em ocasião anterior, foi mencionado nesta Casa pelos Vereadores Joyce Domingos e Denovan Alves a existência de "alunos fantasmas" na EJA e declarou que aguarda a apresentação de pelo menos um nome para que a situação possa ser averiguada. Em resposta a Vereadora **Joyce Domingos** relatou a situação envolvendo o aluno Antônio Júlio Nascimento dos Santos, matriculado no ano de 2025, na localidade de Santana, na Escola São Francisco. Informou que mencionava o nome do aluno por possuir autorização para tanto, esclarecendo ainda que ele é primo de seu esposo. Ressaltou que, antes de exercer a função pública, é uma pessoa de responsabilidade, compromisso e palavra, afirmando que jamais traria à tribuna qualquer assunto, do mais simples ao mais relevante, sem fundamentos e documentação comprobatória. Destacou, por fim, que todas as informações



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

apresentadas estavam devidamente fundamentadas, inclusive com os nomes solicitados. O **Secretário de Educação** afirmou que não estava questionando a impossibilidade de haver alunos que não frequentem as aulas, destacando que, na modalidade EJA, é comum que o aluno realize a matrícula e posteriormente deixe de comparecer, situação que, segundo ele, infelizmente ocorre. Informou que houve auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) no município de Monsenhor Tabosa e que possui em mãos o respectivo relatório. Segundo relatou, a auditoria apontou determinada quantidade de alunos cujas comprovações apresentadas não foram consideradas suficientemente robustas ou consistentes. A Vereadora **Joyce Domingos** relatou que, na primeira vez em que o Secretário esteve na Casa, há cerca de um ano, no início de abril, surgiram comentários após sua saída de que ele teria afirmado que compareceu acompanhado de número expressivo de pessoas e que teria "calado" os vereadores. Esclareceu, contudo, que não está atribuindo tal declaração a ele, ressaltando que somente confirma aquilo que pode provar e que esteja devidamente documentado. Informou que, à época, ainda não tinha conhecimento detalhado sobre o funcionamento do EJA. Relatou que não se dirigiu à Secretaria, mas visitou escolas e constatou que algumas unidades constam no sistema como ofertando turmas de EJA que, na prática, não funcionam no período noturno. Citou como exemplo a Escola Umbelino Albuquerque, que apresenta turmas de EJA registradas, mas que não estariam em funcionamento. Em resposta, o **Secretário** explicou que é necessário compreender o funcionamento do EJA antes de tirar conclusões. Esclareceu que existem escolas-polo, responsáveis por vincular legalmente as turmas, já que o EJA não possui CNPJ ou unidade executora própria, podendo funcionar em locais diversos, mas sempre ligado a uma escola-polo. Informou que as Escolas Umbelino Albuquerque e Luís Leitão são escolas-polo. Embora não haja aulas noturnas na Umbelino, as turmas funcionam em outros polos na sede do município. Destacou ainda as particularidades do público do EJA e anunciou a implantação do PROEJA, com oferta de cursos profissionalizantes para os alunos, ampliando as oportunidades de qualificação. A Vereadora **Joyce Domingos** declarou que possui o nome de mais pessoas, citando Elizabeth Estevão da Silva, que é funcionária de sua residência. Relatou que tem áudios da professora chamando Elizabeth para tirar fotos de uma colação de grau, sendo que pode provar que ela nunca esteve em sala de aula no período de 2025, nem na aula inaugural nem em qualquer outra. Questionou se isso não seria um aluno



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

fantasma. O **secretário** disse que precisa de sensibilização, por exemplo, a questão da Escola Umbelino, que às vezes parte de uma falta de informação e que uma conversa com o secretário que compreende o assunto e é técnico na área poderia evitar gerar indisposição social e falta de compreensão. O secretário respondeu dizendo que está sendo colocado que há uma sindicância instaurada pela Prefeitura, independente da Secretaria de Educação. Inclusive, ele já foi chamado para ser ouvido, assim como professoras também foram chamadas. Enquanto secretário, afirmou que fez o que estava ao seu alcance inicialmente. Em algumas regiões consideradas mais complexas, onde se poderia imaginar maior dificuldade, no ano passado optaram por não abrir novas turmas de EJA. Simplesmente não abriram, porque há responsabilidade em trabalhar com a verdade e com aquilo que é correto. Esclareceu ainda que, no EJA, existe uma previsão respaldada pelo Conselho Municipal de Educação de que, quando o aluno está impossibilitado de ir até a sala de aula, ele pode ser acompanhado pelo professor em sua casa. Nesses casos, segundo ele, não se trata de aluno fantasma, mas de um aluno atendido em outra modalidade permitida pela legislação. A Vereadora **Joyce Domingos** esclareceu que, ao mencionar Antônio Júlio Nascimento dos Santos, referia-se ao fato de que ele esteve ausente por dois períodos no ano passado, não apenas do município, mas do estado, embora tenha continuado matriculado e estudando. Em seguida, destacou que, no momento da sessão, por volta das 16h23, havia servidores presentes desde as 14h, em horário de expediente e fora de suas funções. Afirmou que tal situação caracteriza abuso de poder. O Vereador **Denovan Alves** afirmou que a convocação teve como objetivo solicitar três esclarecimentos ao Secretário, especialmente acerca de contratos firmados pelo Município, incluindo o contrato com o Casarão e o contrato referente ao transporte público escolar. O Vereador **Vicentinho** reconheceu o cuidado e a preocupação demonstrados pela Vereadora em sua fala, afirmando que já havia visto a pergunta e ouvido a resposta do Secretário. Ressaltou ainda que as questões ocorridas em 2024 e 2025 estão sendo corrigidas e manifestou esperança de que não se repitam neste ano. A Vereadora **Joyce Domingos** disse que trouxe os nomes das pessoas citadas após um ano de coleta de dados e visitas, ressaltando que o questionamento atual é sobre desvios e se o secretário estava ciente dos problemas. Destacou que não se resolve culpando vereadores e que, embora a educação tenha avançado, ainda existem erros que persistem há anos, com promessas não cumpridas. Em 2025, ocorreram erros



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

de pessoas que nunca estiveram na escola, não receberam visita de professoras, estavam fora do município ou matriculadas em região diferente sem transporte escolar, porém na época o secretário admitiu problemas, comprometeu-se a investigar e identificar responsáveis, mas não retornou à Casa. Questionou o desvio de cerca de cinco milhões e seiscentos mil reais da educação e como a situação pode se repetir. Apontou que turmas com alunos ausentes precisam de esclarecimento. Relatou que professoras visitadas não realizam atendimento domiciliar e questionou o destino da merenda escolar. Garantiu possuir lista com nomes de pessoas que nunca estiveram na escola e afirmou que todas as informações estão documentadas. Ressaltou que o questionamento não é pessoal contra o secretário, mas contra qualquer gestor da pasta. Perguntou sobre o procedimento investigativo como data de instauração, existência de relatórios formais, responsáveis e dados concretos sobre inconsistências de matrículas de 2022, 2023 e anos seguintes. Reforçou que o município deve manter relatórios atualizados e que querem dados objetivos sobre alunos do EJA, inconsistências e responsáveis por apurá-las. Citou casos específicos, como o de Antônio Júlio, matriculado irregularmente para completar quantidade de alunos e com documentos repassados sem autorização. Concluiu afirmando que tudo que disse está documentado. A Vereadora ainda questionou de forma direta para onde foram os cinco milhões de 2022? Por meio de quem foram executados? Quem era o servidor responsável por essas informações e por essa parte da gestão, considerando que o secretário estava à frente da pasta? Informou que possuem as portarias de nomeação e exoneração. Perguntou se a administração municipal irá devolver os recursos apontados pela Controladoria-Geral da União, se existem tratativas com os órgãos responsáveis e se há previsão de parcelamento ou compensação do valor considerado desviado. Solicitou que seja feito um ofício, por meio da secretária da Casa, para encaminhar relatórios de 2025 contendo: quantidade de alunos matriculados no EJA, quantidade de alunos que frequentam e relatórios consolidados mensais de frequência de 2022 até a data atual. Questionou ainda: o controle interno municipal foi formalmente comunicado das inconsistências de 2022? Houve auditoria interna antes da fiscalização da CGU? Essas inconsistências não geraram preocupação ou curiosidade para investigação interna? Destacou dados da CGU: foram analisados 1.344 alunos (74% do total), dos quais 1.119 matrículas foram consideradas inconsistentes. Mais de 80% das matrículas do EJA em 2022 apresentaram irregularidades. Questionou se um número dessa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

magnitude não deveria ter gerado alerta interno antes da chegada da CGU. Perguntou se o secretário tinha ciência dessas inconsistências e se houve auditoria interna ou iniciativa de apuração antes da fiscalização da CGU. Questionou também se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do FUNDEB foram formalmente informados sobre as irregularidades. Por fim, questionou se existe um plano de correção, termo de ajustamento ou processo administrativo formal em andamento junto aos órgãos responsáveis para tratar dessas irregularidades. O Vereador **Denovan Alves** perguntou se existe processo em andamento, em que fase ele se encontra e se há prazo para a devolução da verba apontada como desviada dos cofres públicos. Esclareceu que não está ali para criar atritos, mas para exigir esclarecimentos de responsabilidade do secretário, que a população de Monsenhor Tabosa precisa ouvir. Ressaltou que não se intimida com tentativas de intimidação ou blindagem do secretário e reafirmou que continuará cumprindo seu papel. O **Secretário** iniciou esclarecendo que todo o processo foi realizado pela CGU. Informou que recebeu a notificação como representante do município, mas não sabe se o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do FUNDEB ou outros órgãos foram notificados. Declarou que, por se tratar de questões sensíveis, adotaram providências para sanar problemas do EJA, especialmente quanto a alunos matriculados que não frequentavam. Relatou que realizou reuniões com professores e coordenadores, orientando que alunos ausentes fossem registrados como desistentes e que não concorda nem permite que matrículas ativas permaneçam sem acompanhamento, inclusive nos casos de atendimento domiciliar. Essas orientações foram repassadas à coordenação geral da EJA e aos coordenadores regionais do município. O Secretário também realizou visitas presenciais, constatando bom funcionamento de algumas e determinou o fechamento das turmas em regiões sem consistência. Informou que, no ano passado, a matrícula caiu para cerca de 600 alunos devido à maior fiscalização. Sobre casos específicos citados pela Vereadora, disse não ter conhecimento pessoal, mas que, sem indícios formais de irregularidade, tende a acreditar na professora responsável. Esclareceu que neste ano nenhuma matrícula é realizada sem comprovante de residência e assinatura do aluno ou digital, adotando medidas para evitar falhas anteriores e garantir educação de qualidade. Quanto aos cinco milhões mencionados, afirmou que a CGU realizou apuração por amostragem, entrevistando 72 alunos e conversando com 19, e que apenas constatou indícios, não conclusão definitiva. Reforçou que os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

recursos não foram desviados ou retirados da conta da Prefeitura para outra finalidade e que a aplicação é auditada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Esclareceu que os recursos foram aplicados em ações educacionais, como aquisição de livros, pagamento de salários, formações de profissionais e materiais destinados à EJA, tanto em 2022 quanto em 2023, garantindo o funcionamento regular do programa. O Secretário finalizou afirmando que a sindicância municipal irá detalhar se os indícios apontados se confirmam e que, caso haja erro, ele espera que seja identificado. A vereadora **Joyce Domingos** também questionou o secretário, afirmando que há verba específica destinada ao pagamento dos professores. Disse que os professores já possuem recurso próprio para seus pagamentos e que o valor apontado como desviado em 2022 teria sido utilizado em 2023. O **secretário** afirmou que todas as matrículas realizadas em um determinado ano geram recursos para o ano subsequente. Segundo ele, o financiamento é calculado com base nas matrículas registradas em um ano, e o repasse correspondente ocorre no ano seguinte. A Vereadora **Joyce Domingos** afirmou que os dados apresentados foram fornecidos pela CGU e questionou o Secretário por, em vários momentos, sugerir que as informações do órgão não estariam corretas. Destacou que a Controladoria-Geral da União é um dos órgãos mais responsáveis e competentes do país e questionou se cometeria erro dessa natureza. O **secretário**, ao responder ao vereador Denovan, mencionou a manifestação indígena ocorrida há cerca de 15 a 20 dias, relacionada ao transporte escolar. Afirmou que considerou a manifestação positiva, pois havia grande dificuldade em fazer com que os veículos de transporte escolar fossem substituídos de carrocerias abertas por veículos fechados, conforme havia sido prometido pelos responsáveis. Relatou que, apesar das promessas de troca, nos dias de transporte dos alunos ainda eram utilizados carros abertos, com constantes adiamentos para a substituição. Segundo ele, a situação se arrastou por algum tempo. Disse que, diante disso, o prefeito tomou uma posição firme, determinando que os responsáveis deveriam substituir os veículos por carros fechados ou ceder espaço para outro prestador. A vereadora **Joyce Domingos** questionou o secretário sobre a situação do transporte escolar, mencionando que foi procurada por uma mãe que também teria prestado depoimento ao órgão responsável pela denúncia. Relatou que, em determinada localidade, duas crianças se deslocam até o município para estudar utilizando motocicleta. Segundo ela, existe inclusive um áudio do responsável pelo transporte informando que é repassada uma ajuda de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

custo para combustível, sob a justificativa de que, por serem apenas dois alunos na localidade, não seria enviada uma rota com veículo. A vereadora questionou que, se o recurso é recebido para o transporte, porque a rota não é disponibilizada. Afirmou que há informações e registros de conversas entre o responsável pelo transporte e a mãe, nas quais são mencionadas as más condições das estradas e a insuficiência do valor destinado ao combustível, já que há despesas como pneus furados. O Vereador **Denovan Alves** afirmou que o Secretário de Educação, além de ocupar o cargo, também é ordenador de despesa e, portanto, responsável pelos pagamentos. Argumentou que, se a empresa contratada para o transporte escolar recebe sem prestar o serviço adequadamente, deve ser substituída. Disse que, desde o início do mandato, há mais de um ano, vem cobrando providências sobre o transporte e que nada foi resolvido. Relatou que, durante sessão anterior, ocorreu um acidente na rotatória do Livramento, em que uma aluna caiu de um "pau de arara", e que já houve casos semelhantes anteriormente. O **Secretário** afirmou que, em relação ao transporte escolar, estão sendo realizadas as modificações necessárias para regularizar o mais rápido possível as pendências existentes, reconhecendo que é o ponto que mais precisa de melhorias. Admitiu que a situação ainda não está adequada e que é necessário melhorar, informando que trabalham para que, até o final do ano, não haja mais carros abertos nas rotas do município, exceto nos casos eventualmente permitidos pelo Ministério Público. Em continuidade, mencionou questionamentos sobre a merenda escolar e disse ter ficado extremamente triste ao ouvir que, na localidade do Livramento, alunos estariam há três ou quatro dias se alimentando apenas de pão com suco, demonstrando preocupação com a situação. O Vereador **Denovan Alves** esclareceu que esteve no colégio três vezes e, em uma visita, presenciou alunos consumindo pão com suco, optando por não gravar vídeo para não constranger os funcionários. Relatou que um funcionário informou que, em determinado dia, uma merendeira chegou a comprar manteiga para complementar a merenda. O vereador disse ter sido procurado por mães de alunos, que relataram falta de ventilador na escola em alguns dias, fazendo com que os filhos deixassem de ir às aulas. Ao conversar com a diretora, foi informado que o ventilador estava quebrado, que já havia solicitações à secretaria e que tentaram improvisar o conserto com peças de outro ventilador enquanto aguardavam providências. O **secretário** afirmou que fez questão de ir pessoalmente à escola para verificar a situação. Disse ainda que a diretora, que estaria presente, apresentou o cardápio que foi



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

Transparência a serviço do povo.

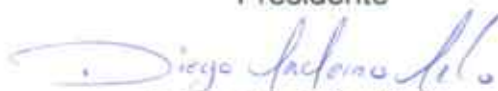
escolar ainda não havia chegado. Afirmou que não está questionando se aconteceu ou não, mas declarando que possui provas do que relatou. Acrescentou que, no local, viu merendeiras utilizando baldes para encher um tambor maior de água, evidenciando a precariedade da situação. Em resposta o **secretário** disse que não constitui crime carregar água em balde. O secretário afirmou que não está retirando a legitimidade de nenhum dos vereadores, inclusive daqueles que têm feito mais questionamentos. Disse que faz um convite para que, sempre que encontrarem alguma situação irregular na educação, o procurem diretamente. Afirmou que os receberá com respeito, oferecendo diálogo e acolhimento, e que está aberto a ouvir e verificar qualquer problema apontado. Não havendo mais condições de continuidade dos trabalhos, o presidente declarou encerrada a sessão e está Ata depois de lida e aprovada, será assinada por todos os vereadores presentes contendo 11 (onze) páginas.

  
Antonio Carlos Marcondes de Oliveira

Presidente

  
Antonio Djair Vicente Barbosa

Vice-Presidente

  
Diego Madeiro Melo  
1º Secretário

  
Antonia Ferreira Fernandes  
2º Secretária

  
Francisco Denovan Alves do Nascimento  
Vereador

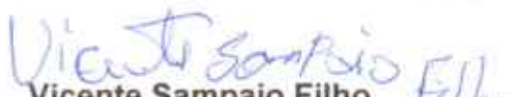
  
Antônia Marsilvia A. dos Santos  
Vereadora

  
Joyce Vasconcelos de Sousa  
Vereadora

  
Salustiano Cavalcante de A. Neto  
Vereador

Raquel Queiroz Porfírio  
Vereadora

  
Valdemar Santos dos Reis  
Vereador

  
Vicente Sampaio Filho  
Vereador